

'Centrão' quer votar em bloco 80% da nova Carta

Brasília — Luciano Andrade

Dora Tavares de Lima

BRASÍLIA — Um grande acordo com o objetivo de votar em bloco mais de 80% dos artigos da Constituição no próximo dia 27 — data prevista para a primeira votação das questões temáticas em plenário — está sendo negociado entre os constituintes. O *Centrão*, o *Grupo do Entendimento* e o *Grupo dos 32* tiveram uma reunião ontem na casa da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) para, com os projetos de Constituição de cada um na mão, retirar os pontos comuns e elaborar um emendão único para ser votado em bloco.

Na avaliação de Sandra, os pontos de acordo cobrem mais de 80% do Projeto Cabral. Ficam de fora da negociação questões polêmicas, como o mandato do presidente José Sarney, o sistema de governo e alguns pontos dos capítulos sobre direitos sociais, ordem econômica e

sistema tributário. A deputada já teve uma reunião com a esquerda e, hoje ou amanhã, voltará a conversar com parlamentares do PT, PDT, PCB e PC do B, "para tentar convencê-los a perder os anéis, mas manter os dedos".

Na casa de Sandra, estavam sendo esperados ontem os deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), José Lins (PFL-CE), e Ricardo Fíza (PFL-PE), representando o *Centrão*; o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG), José Serra (PMDB-SP) e Euclides Scalco (PMDB-PR), do *Grupo do Entendimento*. O *Grupo dos 32* seria representado por Sandra, o deputado Virgílio Távora (PDS-CE) e o senador José Richa (PMDB-PR).

Horas antes da reunião, o deputado José Lins avisava que o *Centrão* estava "totalmente aberto a negociações" e previa que a Constituição

ficará pronta no final de março. Os 20% das emendas que, segundo Sandra, ficarão de fora do acordo, incluem justamente os pontos polêmicos que deverão ser objeto de emendas individuais de autoria de parlamentares de cada grupo e de negociações isoladas.

Na ordem social, Sandra Cavalcanti avalia que o entendimento do *Grupo dos 32* será mais fácil com a esquerda, mas na ordem econômica calcula que seu grupo "tenderá à direita". No *Centrão*, que tinha a intenção de incluir em seu projeto uma emenda presidencialista mas recusou porque mais da metade de seus 306 constituintes se recusou a assinar em apoio, o deputado José Lins assumirá a responsabilidade da alteração da tão esperada reforma tributária. Lins prepara uma emenda que reduz a transferência de recursos da União para os estados e municípios e estabelece que os encargos estaduais e municipais serão repassados na mesma proporção que a receita.



Ulysses, Serra, Cardoso e Covas: feijoadada e longa reunião em busca de consenso

Maioria inicia negociação

O *Centrão* deu, ontem à tarde, por encerrada a "parte técnica" da elaboração de suas emendas substitutivas ao projeto Cabral e começa agora, segundo o deputado José Lins (PFL-CE), a "fase política" das negociações. O grupo só não está disposto a negociar artigos que diminuam a atuação da iniciativa privada na economia ou que limitem o acesso do capital estrangeiro. A esquerda, segundo o deputado José Genofino (PT-SP), também admite negociar, mas estabelece como ponto de partida para acordos o texto do projeto Cabral.

No meio disso, o *Grupo dos 32* tenta negociar concessões de parte a parte. O grupo, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) elaborou um estudo comparativo de suas emendas com as do *Centrão* e os artigos do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

No preâmbulo, o *Centrão* e o *Hércules IV* (do *Grupo dos 32*) retomam o texto da comissão Afonso Arinos e diferem também do projeto Cabral logo no primeiro título, dos Princípios Fundamentais, retirando qualquer referência à participação popular no poder. Estabelecem o conceito de "Democracia Representativa".

No capítulo seguinte, dos Direitos e Garantias Fundamentais, o projeto Cabral exclui os crimes de tráfico de drogas e terrorismo da lista dos delitos inafiançáveis, mantendo essa condição apenas para a tortura. Os outros dois projetos englobam os três tipos de crime como inafiançáveis. As penas de morte e prisão perpétua não estão em nenhum dos projetos. O *Centrão* admite a pena de morte em casos de "guerra declarada". O mandato de segurança coletivo é mantido no projeto *Hércules*, mas não consta no do *Centrão*.

Estabilidade — Nos direitos sociais, há um ponto comum: todos concordam com a jornada de trabalho de 44 horas semanais. A estabilidade no emprego é diferente nos três: O Cabral dá estabilidade, salvo em casos de contratos a termo, falta grave ou dificuldades financeiras ou tecnológicas "intransponíveis". O *Hércules* remete a questão para a lei

ordinária; O *Centrão* estabelece o princípio da indenização progressiva (pagamento de um mês de salário por ano de serviço) para demissões sem justa causa.

As horas extras são pagas com 50% de acréscimos nas propostas do *Centrão* e do *Grupo dos 32*, enquanto o projeto Cabral prevê remuneração em dobro para o serviço extraordinário. Todos mantêm o direito de greve, mas o *Centrão* cria limitações às atividades consideradas essenciais. O *Hércules* e o Cabral propõem a criação de um único sindicato por categoria profissional, em cada base territorial e o *Centrão* abre a possibilidade da pluralidade, desde que as negociações de cada categoria sejam encaminhadas por uma única entidade.

As ações trabalhistas, imprescritíveis no projeto Cabral, perdem o efeito depois de dois anos de decorrida a infração do empregador pelo projeto do *Centrão*, e depois de cinco anos na proposta do *Grupo dos 32*. O texto da sistematização garante pagamento integral aos aposentados, mas os outros dois projetos querem integralidade sobre o salário contributivo, cujo teto é de 20 salários mínimos.

Na ordem econômica, as definições de empresa nacional do *Hércules IV* e do projeto Cabral dizem que será considerada nacional a empresa com sede no país e controlada por pessoas residentes aqui. O *Centrão* substitui a palavra "nacional" por "brasileira" e considera como tal as empresas com sede e administração no país. Na reforma agrária, todos consideram proibida a desapropriação, para este fim, de imóveis rurais pequenos e médios, cujos proprietários não possuam outros imóveis rurais. O *Centrão* avança um pouco mais e proíbe a desapropriação de qualquer propriedade produtiva.

Somente o projeto Cabral nacionaliza a distribuição dos derivados de petróleo. Os outros dois mantêm o monopólio para a pesquisa e lavra de jazidas, refinação, importação e exportação. O único projeto a não tocar em sistema de governo e mandato presidencial é o do *Centrão*. Os outros dois instituem o sistema presidencialista e mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

Petroleiros vão fazer seu 'lobby'

BELO HORIZONTE — Com a criação de um plantão sindical em Brasília, a partir da próxima semana, a Coordenação Nacional dos Petroleiros vai pressionar a Constituinte pela manutenção do monopólio estatal do petróleo, do fim do contrato de risco e da nacionalização da distribuição de combustíveis e derivados de petróleo. Esta decisão foi tomada pela Coordenação Nacional dos Petroleiros, que se reuniu em Belo Horizonte e resolveu também reivindicar reposição salarial em torno de 70% de setembro passado a janeiro, na campanha salarial que envolve 12 dos 16 sindicatos petroleiros do país.

O presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas, Luiz Fernando Maia, disse que as propostas sobre o petróleo, que constam do Relatório Cabral, em discussão na Comissão de Sistematização, vêm sendo ameaçadas pela atuação do *Centrão*. Afirmou que, através do plantão, os petroleiros conversarão com os constituintes e estarão presentes nas galerias do plenário, durante as votações. Anunciou ainda que os sindicalistas vão denunciar, em suas publicações, os nomes dos constituintes que votarem contra estas propostas e outras de interesse dos trabalhadores, como a jornada de 44 horas semanais.

Maia revelou também que a coordenação dos petroleiros decidiu promover, provavelmente esta semana, um dia nacional de luta pela reposição salarial, pelas propostas na Constituinte e contra a política econômica do governo, que vincula a negociação salarial entre a Petrobrás e os petroleiros ao Cise — Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais e interfere nos investimentos daquela estatal. Ele afirmou que haverá paralisação por duas horas, na entrada dos turnos, em todo o país. Participaram da reunião da coordenação dirigentes dos sindicatos de Minas, Rio de Janeiro, Caxias, Campinas, Pará, Amazonas e Maranhão e dos dois sindicatos de petroleiros da Bahia.

Gusmão espera povo nas ruas

SÃO PAULO — O ex-ministro Roberto Gusmão, atual vice-presidente da Executiva Nacional do PTB, acredita que a conjugação de inflação e recessão vai produzir, ainda este ano, uma nova campanha por eleições diretas. "A inflação e o desemprego vão jogar o pessoal na rua", prevê. "Só que desta vez a campanha vai ser mais conseqüente e deve resultar mesmo em eleições."

Para Gusmão, que ocupou o Ministério da Indústria e do Comércio na primeira fase do governo Sarney, escolhido por Tancredo Neves, a crise econômica vai apressar o ritmo da Constituinte e sacudir as lideranças políticas — principalmente o PMDB — do marasmo em que se encontram.

"A crise vai funcionar como uma enxurrada, daquelas que vêm arrastando tudo", diz. Tal enxurrada, continua o ex-ministro, faria, por exemplo, com que o deputado Ulysses Guimarães assumisse a tarefa de marcar logo a data das eleições presidenciais e estabelecesse um prazo final para os trabalhos da Constituinte.

"Temos que marcar logo a eleição e sair dessa mediocridade", prega o vice-presidente do PTB. "O país não pode continuar marchando na contramão, na direção do subdesenvolvimento", acrescenta. "Estamos vivendo o governo mais subdesenvolvido que o país já teve." O ex-secretário do Planejamento do governo Franco Montoro acusa o presidente Sarney de estar montando um "governo nordestino".

Em sua opinião, o fato de o PT e o PDT já estarem no planaque pedindo eleições diretas não significa que esses partidos pretendam capitalizar para si os resultados de uma campanha mais ampla no futuro. "São o abre-alas, mas o pessoal do samba-enredo vem mais atrás", disse. "Eles capitalizam alguma coisa, mas não levam."

O ex-ministro não teme, igualmente, que a campanha por eleições diretas montada na crista de uma crise econômica possa levar os militares a intervir no processo político. "Não acredito que haja alguém conspirando" opina.

Deputado vê acordo na estabilidade

Da votação da estabilidade no emprego sairá o grande acordo da Constituinte. Esta é a opinião do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), integrante do *Grupo do Entendimento*, que defende um acordo entre seus companheiros, o *Centrão*, o *Grupo dos 32* e a liderança do PMDB. Para ele, este assunto controverso é o Artigo 7º, a ser votado antes do carnaval, que será o divisor das águas, podendo-se daí prever o desenvolvimento dos trabalhos.

De acordo com Ronaldo, o *Centrão* será forçado a se integrar com estes grupos, do contrário, corre o risco de ficar isolado na direita, defendendo uma proposta estreita técnica e politicamente para um acordo: a indenização compensatória. Elaborada com o apoio da União Brasileira dos Empresários (Ube) para a proteção do emprego, a proposta "indenização já e só", no entender do deputado, é limitada na medida em que é apenas uma forma utilizada para a proteção da relação empregado/empregador. Ela não satisfará todos os segmentos que aglutinam o mínimo de 280 parlamentares para a aprovação de uma emenda. E se o *Centrão* não fizer um acordo, não obterá a maioria necessária para aprovação.

Se o *Centrão* fizer um substitutivo, terá que colocar os 280 votos que ele próprio aprovou. Ele terá que compor uma grande maioria se quiser impor seu texto. Se apresentar uma emenda contraditória, todos os outros grupos irão destacar o seu texto, e o *Centrão* vai ter de arcar com os 280 votos a cada destaque votado, afirma Ronaldo.

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), já definiu o critério de aprovação de emendas. Serão acatadas as que nortearem o consenso entre os grupos atuantes na Constituinte. O *Centrão* então não radicalizará sua posição ante uma proposta contraditória.



Ronaldo César Coelho

Segundo Ronaldo Coelho, o acordo do entendimento girará em torno da posição do Cabral I, uma emenda detrubada na Comissão de Sistematização. Esta emenda transfere para o âmbito da lei a questão da estabilidade.

— O grande erro da direita do *Centrão*, coligada com o PT, foi derubar o Cabral I na Comissão. Agora, o acordo vai voltar, disse o deputado.

O Cabral I propõe que "a relação de emprego terá proteção contra despedida arbitrária nos termos da lei". Para o deputado, remeter para a lei essa questão é o primeiro passo para o início das discussões, já que, no seu entender, o problema assume proporções muito amplas. E aponta a resolução da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em 1982 recomendou a indenização como uma das formas de proteção. Mas ela não é a única, e, entre as outras possibilidades, Ronaldo exemplifica a criação de uma lista de desempregados, adotada em outros países, para dar a chance ao trabalhador de retornar ao mercado de trabalho.

— Afastada a preocupação com a estabilidade, não é só na indenização que se encerra a questão. Na Itália e no México obriga-se a consultar a lista de desempregados para reempregar alguém, mesmo sem o compromisso de contratar aqueles que constam na lista, concluiu.

Arquivo — 22/10/87